

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Obras do Autor</i>	XXVII
<i>Prefácio</i>	XXXI
<i>Perfil do Autor</i>	XXXV
<i>Nota dos Atualizadores, nesta 20ª edição</i>	XLV
<i>Palavras do Coordenador da Equipe de Atualizadores</i>	XLVII
Introdução	1

Capítulo 1

NOÇÕES PRELIMINARES

1. <i>Introdução</i> . A teoria geral do Direito Privado. Iniciação ao seu estudo. Definição do Direito. Direito Positivo. A ótica normativista. O enfoque relacionista.....	3
2. <i>A realidade jurídica</i> . Elemento material e elemento formal. A Sociologia Jurídica, a História do Direito e o Direito Comparado. Teorias gerais: a) da relação jurídica; b) normativa; c) institucional. Divisão do estudo do Direito: heurística, morfologia e técnica.....	5
3. <i>A norma jurídica</i> . O preceito e a sanção. Proibição. Permissões. Definições. Classificação. A norma como juízo hipotético.....	7
4. <i>Formas gerais do Direito</i> . Direito subjetivo e objetivo. Direito Público e Privado. Critérios distintivos. Objeções à divisão.....	8
5. <i>A técnica jurídica</i> . Processos técnicos. Os conceitos. Categorias. Classificação. A ficção. A presunção. A necessidade de aprender o vocabulário jurídico. A subsunção. O silogismo .	9
6. <i>O sistema jurídico</i> . Unidade lógica das normas jurídicas. Os institutos jurídicos: coordenação sistemática. Sentido da locução instituto jurídico. Elementos de caracterização dos institutos jurídicos: teleológico e estrutural. Política e técnica legislativas. A dimensão ideológica do Direito. Transformações gerais. O ordenamento jurídico.....	10
7. <i>Direito Público e Direito Privado</i> . Lugar do seu estudo. Elaboração no Direito Civil; razões. Dogmática do Direito Público. Necessidade do estudo das categorias gerais numa introdução ao Direito Civil. A relação jurídica e seus elementos	12

Capítulo 2

O DIREITO PRIVADO

8. <i>Noção e divisão</i> . A denominação genérica Direito Privado; significação. O Direito Privado por excelência. Divisão do direito privado: o Direito Comercial e o Direito do Trabalho. Tendência para a especialização	15
--	----

9. <i>Direito Civil e Direito Comercial</i> . A dicotomia. O Direito Comercial como direito especial. O Direito Comercial como direito profissional. Distinção entre Direito Civil e Comercial....	16
10. <i>O problema da unificação do Direito Privado</i> . A controvérsia. Unicistas e dualistas. Unicistas; radicais e moderados. Unificação total e parcial. Termos exatos do problema; fusão material; unificação formal. Argumentos pró-unificação. Argumentos pró-diferenciação. Prevalência da teoria da dualidade	17
11. <i>Direito Civil e Direito do Trabalho</i> . Localização do Direito do Trabalho; controvérsias. Causas da divergência doutrinária. Como deve ser resolvido o problema; critério da preponderância. O Direito do Trabalho, ramo do Direito Privado. Contrato de trabalho. Especialização do Direito do Trabalho. Particularismo. Relação com o Direito Civil.....	19
12. <i>Direito Econômico</i> . Direito Civil e Direito Econômico. Definição. Conteúdo. Significação.	20

Capítulo 3

GENERALIDADES

13. <i>Conceito de Direito Civil</i> . Determinação subjetiva e objetiva do conteúdo. Aspectos de seu estudo. Extensão dos preceitos do Direito Civil. Acepções. Localização	23
14. <i>Classificação das matérias</i> . Sistemas: o romano, o francês, o alemão, o italiano. Sistema alemão: parte geral e partes especiais; seriação destas. Divisão em duas partes: direitos reais e direitos pessoais.....	24
15. <i>A parte geral</i> . Conceitos básicos. Noções propedêuticas. Parte geral no Código; inconveniência	26
16. <i>Importância do Direito Civil</i> . O Direito Civil como direito comum. Influência do seu estudo na formação do jurista. A técnica do Direito Civil. Direito Civil e Direito Administrativo	27
17. <i>O tecnicismo do Direito Civil</i> . Tecnicismo e complexidade. Ubiquidade do Direito Civil. Necessidade de conhecer a técnica do Direito Civil.....	29
18. <i>Método de exposição</i> . Plano. Análise dos elementos da relação jurídica. Teoria da personalidade, do patrimônio e do negócio jurídico	30

Capítulo 4

FONTES FORMAIS DO DIREITO

19. <i>Generalidades</i> . Interesse do estudo das fontes. Classificação: a lei e o costume. Fontes-satélites. Preeminência da lei	31
20. <i>A lei</i> . Noção. Sentidos: lato e restrito. Decretos e regulamentos. Leis imperativas. Leis proibitivas. Leis permissivas: fins a que atendem. Normas jurídicas emanadas do Poder Executivo	31
21. <i>O costume</i> . Definição. Elementos constitutivos: o uso e a opinio juris et necessitatis. Costumes e usos convencionais: distinção. Fundamentos da força obrigatória do costume; teorias do consentimento tácito do legislador e da consciência popular. Autoridade do costume; as teses da confirmação legislativa e jurisprudencial. Prova do costume. Manifestação do uso: <i>secundum legem, praeter legem e contra legem</i> . <i>Consuetudo ab-rogatoria e desuetudo</i> . Direito escrito e direito costumeiro; hierarquia.....	33

22. <i>A jurisprudência</i> . Sentidos do termo. Formação. Razões por que não deve ser considerada fonte formal do Direito. Os precedentes. Poder normativo de certos tribunais.....	35
23. <i>A doutrina</i> . Razões por que não pode ser considerada fonte formal do Direito. Autoridade da doutrina. Influência da doutrina sobre o legislador e o juiz. O ensino do Direito	36
24. <i>Princípios gerais do Direito. Equidade</i> . Por que não devem ser incluídos entre as fontes formais do Direito. Conceituação; divergências. Teorias: direito natural e equidade. Classificação. Os provérbios jurídicos.....	37
25. <i>Conclusão</i> . Fatos de produção jurídica, de comércio jurídico e de realização jurídica. Fontes de normas e direitos.....	39

Capítulo 5

FONTES HISTÓRICAS

26. <i>Exposição sucinta da evolução do Direito Civil</i> . Classificação filogenética. O Direito Romano. O <i>corpus juris civilis</i> . Glosadores e pós-glosadores. Outros romanistas	41
27. <i>O Direito germânico</i> . O Direito germânico como elemento universal de formação do Direito. A concepção transindividualista dos germanos	42
28. <i>A recepção do Direito Romano na Alemanha</i> . Motivos que determinaram a providência do imperador Maximiliano. Explicação do fenômeno.....	43
29. <i>O Direito canônico</i> . Os cânones. O <i>corpus juris canonici</i> do século XX. Influência do Direito canônico.....	44
30. <i>Elementos que concorreram para a formação do Direito Civil moderno</i> . Fundo comum de instituições e regras. Elementos oriundos de sistemas jurídicos extintos: o Direito Romano; o Direito germânico; os usos do comércio durante a Idade Média. Formação de um direito uniforme para todos os povos	44
31. <i>Classificação genética do Direito Civil ocidental</i> . Grupos em que podem ser classificadas as legislações.....	45

Capítulo 6

A CODIFICAÇÃO DO DIREITO CIVIL

32. <i>Problemas da codificação</i> . A condensação das normas jurídicas. Consolidação e codificação; distinção. A polêmica entre Savigny e Thibaut. A codificação nos séculos XVII e XVIII.....	47
33. <i>As grandes codificações</i> . O Código Civil francês de 1804. O Código Civil alemão (BGB) de 1896. Influência desses Códigos	48
34. <i>O Código Napoleão</i> . O Projeto Divisão da matéria do Código. Inspiração e espírito. Interpretação; a obra dos exegetas	48
35. <i>O BGB</i> . Os trabalhos da Comissão que o elaborou. Divisão da matéria do Código. O tecnicismo do BGB. Influência do Direito Romano. A doutrina e o Código.....	50

36. <i>Os Códigos do século XX</i> . Principais códigos. O Código Civil suíço de 1912. O Código Civil italiano de 1942; divisão da matéria; orientação.....	51
37. <i>Estrutura dos códigos</i> . Técnica legislativa. Subdivisão dos códigos; livros, títulos, capítulos, artigos, parágrafos, alíneas.....	53
38. <i>O caso das codificações</i> . A maré montante das leis especiais. O mundo dos Códigos. As mudanças e a ideia de codificação	53

Capítulo 7

MODERNIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

39. <i>O individualismo jurídico</i> . Reação contra essa doutrina. Fatos novos que determinaram as transformações. Sentido das transformações	55
40. <i>A crise do Direito</i> . A propriedade. O contrato. A família. A herança. A responsabilidade civil. Revisão da técnica jurídica	56
41. <i>Modernização dos institutos do Direito Civil</i> . Conceitos amortecedores. Liberdade e justiça social	56
42. <i>A propriedade</i> . Alteração do conceito. Significado contemporâneo da evolução do direito de propriedade. Limitação ao exercício do direito de propriedade.....	57
43. <i>O contrato</i> . Transformações gerais. A liberdade de contratar; limitações. A força obrigatória dos contratos	62
44. <i>A família</i> . Sentido da evolução do Direito de Família. O casamento e o divórcio. A filiação. O pátrio poder. Emancipação da mulher. Nova estrutura da família. Legitimação para casar. Anulação do casamento. O erro de pessoa. A separação e o divórcio	65
45. <i>A herança</i> . Sentido das transformações. Vinculação ao Direito de Família. Política fiscal ...	69
46. <i>A responsabilidade civil</i> . A substituição do fundamento da responsabilidade. Da culpa ao risco. Sentido da evolução	69

Capítulo 8

A RELAÇÃO JURÍDICA

47. <i>Conceito</i> . Relações sociais. Relações humanas e de fato. Elementos: o fato e o vínculo. Noção de relação jurídica. Poder e dever. Elemento material e formal. Transformação do vínculo de fato em vínculo jurídico; consequências práticas. Sujeição.....	73
48. <i>Caracterização</i> . Formação dos sujeitos. Posições típicas, sujeito ativo e passivo. Inter-subjetividade. Sujeição do sujeito passivo. Obrigação passiva universal. Poderes.....	77
49. <i>Elementos</i> . Os sujeitos. O objeto. O fato. A garantia.....	78
50. <i>Situações subjetivas</i>	79
51. <i>Classificação</i> . Relações públicas e privadas. Relações patrimoniais. Relações absolutas, relativas, reais e obrigacionais	82

Capítulo 9

OS DIREITOS SUBJETIVOS

52. *Conceituação*. A faculdade de agir. Ihering e Windscheid. Integração do fim à vontade; dificuldade de conceituar 83
53. *Situações jurídicas*. A negação dos direitos subjetivos. As situações jurídicas; situações jurídicas objetivas e subjetivas. Caracteres gerais da situação jurídica: a impessoalidade, a permanência, a inalterabilidade, a irrenunciabilidade. Caracteres gerais da situação jurídica subjetiva: a pessoalidade, a temporariedade, a alterabilidade, a renunciabilidade 85
54. *Classificação dos direitos subjetivos*. Divisão em direitos absolutos e direitos relativos. Divisão em direitos subjetivos públicos e direitos originários e derivados; direitos transmissíveis e intransmissíveis, direitos principais e acessórios 86
55. *Direitos patrimoniais e extrapatrimoniais*. Subdivisão dos direitos patrimoniais; direitos reais e direitos pessoais. Subdivisão dos direitos extrapatrimoniais; os direitos personalíssimos, os direitos sobre a própria pessoa, os direitos de família. Categoria especial de direitos patrimoniais: os direitos intelectuais. Direitos que são objeto de quase propriedade.... 87
56. *Direitos reais e direitos pessoais*. Justificação da classificação. Divergências quanto ao traço distintivo. Teoria personalista. Posição eclética. Distinção baseada no modo de exercício do Direito. Limitação dos direitos reais e ilimitação dos direitos pessoais 89
57. *Direitos potestativos*. Noção. Qualidade de direito subjetivo. Os direitos potestativos e as faculdades de lei 91
58. *Direito subjetivo e qualidade jurídica*. Noção de qualidade jurídica. Capacidade e qualidade jurídica..... 92
59. *Direito e faculdades jurídicas*. Noção de faculdade jurídica. As faculdades como consequências do Direito. Características das faculdades. Exercício das faculdades; não uso. Exercício da faculdade por outrem 92
60. *Direito e interesse*. Distinção. Critério da finalidade das normas jurídicas. Interesses desprotegidos. Interesse da distinção..... 94
61. *Direito adquirido e expectativa de direito*. Direitos adquiridos. Direitos que se adquirem por formação progressiva. Situação jurídica preliminar. Expectativa de direito. Objeto da expectativa. Simple expectativa de fato; hipóteses. Casos de expectativa de direito 95
62. *Traços da evolução moderna dos direitos privados*. Transformação conceitual dos direitos subjetivos. Socialização. O primado dos interesses coletivos 97

Capítulo 10

EXERCÍCIO DOS DIREITOS

63. *Gozo e exercício dos direitos*. Distinção. Capacidade de gozo e de exercício. Exercício por meio de outrem 99
64. *Regras concernentes ao exercício dos direitos*. O princípio da indisponibilidade. O princípio da inegotabilidade. O princípio da normalidade 100

65. <i>Modalidades e limites do exercício</i> . Exercício pelo gozo. Exercício por disposição. Limites gerais ao exercício	100
66. <i>O abuso de direito</i> . Concepção relativista dos direitos. A teoria do abuso de direito. Critérios para a fundamentação; da corrente subjetivista: intencional e técnico; da corrente objetivista: econômico e teleológico. Caracterização do abuso de direito. Função: conceito amortecedor. Destino da teoria	100
67. <i>Campo de aplicação da teoria</i> . Direito de propriedade. Direito de família. Extensão condenável da teoria	102
68. <i>Sanção do abuso de direito</i> . Regime repressivo: equiparação nos efeitos, ao ato ilícito. Sanção in natura. Nulidade do ato. Outras sanções	103
69. <i>Abuso de direito e figuras afins</i> . Abuso de direito e fraude à lei; distinção. Abuso de direito e ato realizado sem direito; distinção. Abuso de direito e ato ilícito	104
70. <i>Direito subjetivo e pretensão</i> . Conceito de pretensão como faculdade autônoma. Diferenciação dos direitos subjetivos. Direitos desprovidos de pretensão: os direitos potestativos. Divisão das pretensões: pessoais e reais. Extinção das pretensões.....	104
71. <i>Direito subjetivo e exceção</i> . Exceção em sentido material e formal. Exceção fundada em direito real e pessoal. Efeitos da exceção. Exceções preempatórias e dilatórias. Exceções pessoais e imateriais.....	106

Capítulo 11

PERSONALIDADES E DIREITOS DA PERSONALIDADE

72. <i>Conceito</i> . A personalidade como atributo jurídico. A pessoa sujeito de direito.....	107
73. <i>Sujeitos de direito</i> . Pessoas físicas e jurídicas. Titularidade e cotitularidade	107
74. <i>Existência e duração da personalidade</i> . Começo da existência. Personalidade presumida; casos. A ficção de personalidade quanto ao nascituro. O nascimento. Fim da personalidade: a morte; a questão dos comorientes; ausência	108
75. <i>Ausência</i> . Abertura da sucessão provisória. Direitos dos herdeiros. Morte presumida do desaparecido. Novas núpcias do cônjuge ausente.....	110
76. <i>Individualização da pessoa</i> . A identificação da pessoa. O estado e o domicílio	113
77. <i>Direitos da personalidade</i> . Proteção à dignidade da pessoa humana. Novos aspectos de sua disciplina. Contestação. Conceituação. Unidade da categoria. Caracteres.....	113
78. <i>Classificação</i> . Direitos à integridade física. Direitos à integridade moral. Direito à vida.....	116
79. <i>Proteção à integridade física</i> . Inseminação artificial. Direito sobre partes separadas do corpo	117
80. <i>Proteção à integridade moral</i> . Direito à imagem. Direito ao recato	118
81. <i>O nome</i> . Função. Regime legal. Nome patronímico. Mudança de nome	119

82. *Direito ao nome*. Natureza. Teorias explicativas. Caracteres. Conteúdo. Proteção 122
83. *Tutela dos direitos de personalidade*. A indenização do dano moral..... 125

Capítulo 12

A PESSOA FÍSICA

84. *Capacidade e personalidade*. A capacidade, medida da personalidade..... 127
85. *Espécies de capacidade*. Capacidade de direito e capacidade de fato. Causas que limitam a capacidade de fato. Incapacidade. Exercício dos direitos do incapaz..... 127
86. *O estado das pessoas*. Noção. Influência na capacidade. Espécies: estado político, familiar e individual..... 128
87. *O estado político*. Divisão das pessoas quanto ao estado político: nacionais e estrangeiras.. 128
88. *O estado familiar*. O estado de cônjuge e o de parente. Parentesco; espécies. Parentes consanguíneos e afins..... 129
89. *O estado individual*. Influência da idade, do sexo e da saúde. Menoridade; insanidade mental..... 129
90. *Caracteres do estado*. Natureza dos preceitos que regulam o estado. Caracteres: a individualização, a indisponibilidade e a imprescritibilidade 130
91. *Ações de estado*. Finalidade. Declaração, alteração e extinção de estado por sentença judicial. Caracteres das ações de estado 130
92. *Incapacidade*. Em que consiste. Espécies. Incapacidade absoluta e relativa 131
93. *Incapacidade absoluta*. Noção. Influência da idade e da saúde. Incapacidades especiais. Causas de incapacidade não determinadas pelo estado; a ausência e condenação penal. Ébrios contumazes e toxicômanos 132
94. *Incapacidade relativa*. Influência do estado individual. Semicapacidade. Idade. Sexo. A prodigalidade. Influência do estado familiar 133
95. *Proteção aos incapazes*. Representação. Assistência. Autorização. Exercício de direito pelos incapazes..... 134
96. *Emancipação*. Finalidade de emancipação. Forma. Irrevogabilidade. Emancipação concedida. Emancipação de pleno direito..... 134

Capítulo 13

DOMICÍLIO

97. *Noção*. Elemento integrante da personalidade. Domicílio e residência. Noção de domicílio. Elementos essenciais: objetivo e subjetivo; necessidade do concurso 137
98. *Natureza jurídica*. O domicílio como ficção de direito. Domicílio-relação. Domicílio-fato..... 137

99. <i>Importância</i> . No Direito Civil; no Direito Judiciário; no Direito Internacional Privado. Interesse da fixação do domicílio; os terceiros	139
100. <i>Caracteres do domicílio</i> . Domicílio fixo. Mutabilidade. Unidade e pluralidade de domicílios. Domicílio aparente	139
101. <i>Domicílio e residência</i> . Distinção. Coincidência. Reconhecimento de efeitos ao simples fato da residência.....	141
102. <i>Espécies de domicílio</i> . Domicílio voluntário e necessário. Domicílio voluntário: geral e especial. Domicílio de eleição. Domicílio necessário: de origem e legal	141
103. <i>Domicílio voluntário</i> . Direito de escolha. Escolha de domicílio especial. Domicílio de eleição: caracteres e natureza. Consequência de especialização do domicílio.....	141
104. <i>Domicílio necessário</i> . Presunção legal. Fundamento do domicílio necessário. Domicílio da mulher casada e do menor. Domicílio necessário especial.....	142

Capítulo 14

PESSOAS JURÍDICAS

105. <i>Conceito e denominações</i> . O sujeito de direito. Personalização de certos grupos. Formação das pessoas jurídicas. Denominações: pessoas morais, coletivas, sociais, civis	143
106. <i>Natureza</i> . Controvérsias. Negação e afirmação da personalidade	144
107. <i>Teorias</i> . Teorias do primeiro grupo: Ihering, Brinz, Planiol. Teorias do segundo grupo: teoria da ficção, teoria da realidade objetiva, teoria da realidade técnica	144
108. <i>Explicação da personalidade jurídica</i> . A realidade técnica das pessoas jurídicas. O processo técnico da personalidade corresponde a uma necessidade social. Atribuição da personalidade	145
(RA) 108-A. <i>Atuação das pessoas jurídicas</i> . Desconsideração da personalidade jurídica (RA)	146
109. <i>Classificação das pessoas jurídicas</i> . Pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado. Pessoas jurídicas de Direito Público Internacional e Interno. Pessoas jurídicas de Direito Público Interno. Órgãos paraestatais. Caracterização das pessoas jurídicas de Direito Privado	147
110. <i>Sociedades</i> . Caracterização. Divisão: sociedades civis e mercantis. Espécies de sociedade mercantis. Sociedade civis universais e particulares. Distinção entre sociedades civis e mercantis	148
111. <i>Fundações</i> . Conceito. Elementos constitutivos. Personalização do patrimônio	150
112. <i>Começo de existência das pessoas jurídicas</i> . O ato coletivo da constituição. Aquisição de personalidade. Sistemas: o da autorização e o formalístico. Aquisição da personalidade pelas fundações.....	150
113. <i>Sede</i> . Domicílio das pessoas jurídicas: a sede. Determinação	151

114. *Funcionamento*. Os órgãos da pessoa jurídica; assembleia, diretoria. Os estatutos; direito corporativo. Funcionamento das fundações..... 152
115. *Extinção*. A dissolução: casos; consequências. Supressão. Extinção das fundações 153
116. *Grupos não personalizados e núcleos unitários*. Existência de grupos sem personalidade. A família. As sociedades de fato. Núcleos unitários: herança jacente, massa falida..... 153

Capítulo 15

O OBJETO DO DIREITO

117. *Noção de bem*. Noção jurídica e noção econômica; distinção entre bem e coisa; sentidos do vocábulo coisa 155
118. *Objeto e conteúdo do Direito*. Noção de conteúdo e de objeto. Distinção 156
119. *Prestação*. Conceito. Requisitos: lícita, possível e determinável 157
120. *Direitos*. Direitos sobre direitos; direitos reais e pessoais 157
121. *Patrimônio*. Conceito. Teoria clássica do patrimônio; a tese da unidade, princípios gerais, crítica. Teoria moderna, a afetação, patrimônios separados, patrimônio bruto e líquido, ativo e passivo 157
122. *A empresa*. Conceito; a empresa como coisa e como instituição; a empresa como objeto de direito; elementos componentes da empresa; o fundo de comércio; a empresa como *tertium genus* 159
123. *Coisas no comércio e fora do comércio*. Coisas inalienáveis; inalienabilidade real; coisas inapropriáveis; bens incomerciáveis por sua própria natureza e por disposição da lei: importância da distinção entre coisas comerciáveis e incomerciáveis..... 161
124. *Res nullius, res derelictae e res communes omnium*. Conceito de *res nullius*; coisas abandonadas e coisas perdidas; coisas que são de todos; impossibilidade de apropriação exclusiva 162
125. *Divisão dos bens por sua função econômica*. Bens de produção; bens de uso e bens de consumo. Regime jurídico. Socialização dos bens de produção 162
126. *Classificação dos bens*. Bens considerados em si mesmos: corpóreos e incorpóreos; móveis e imóveis; subdivisão dos móveis em fungíveis e não fungíveis; consumíveis e não consumíveis; coisas singulares e coletivas, compreendendo as simples e compostas: coisas divisíveis e indivisíveis; bens reciprocamente considerados: principais e acessórios ... 163

Capítulo 16

BENS IMÓVEIS E BENS MÓVEIS

127. *Classificação*. Bens corpóreos e incorpóreos; móveis e imóveis; fungíveis e não fungíveis; consumíveis e não consumíveis: divisíveis e indivisíveis; singulares e coletivos; simples e compostos 165
128. *Bens corpóreos e incorpóreos*. Persistência da classificação; conceito de bem corpóreo e de bem incorpóreo; espécies de bens incorpóreos; os direitos. Corporeidade decorrente da possibilidade de apropriação; a energia elétrica 165

129. <i>Bens móveis e imóveis</i> . Importância da distinção; na aquisição e transferência dos direitos; transcrição; usucapião; alienação por pessoa casada; direitos exclusivamente imobiliários; na competência do foro	166
130. <i>Hierarquia</i> . Influência do regime econômico sobre a estimação dos bens. Hierarquia dos bens no Direito Romano: res mancipi e res nec mancipi; a imobilização de bens móveis. Hierarquia dos bens entre os germanos. Hierarquia no regime feudal. Sobrevivência da superestimação dos bens imóveis. Valorização moderna dos bens móveis. O atraso do Direito.....	167
131. <i>Espécies de bens imóveis</i> . Imóveis por sua própria natureza; imóveis por acessão física; imóveis por acessão intelectual; imóveis por disposição legal	169
132. <i>Prédios</i> . Prédios urbanos e rústicos. Critérios distintivos. O critério da distinção econômica. Importância prática da distinção.....	169
133. <i>Direitos imobiliários</i> . Extensão aos direitos da classificação dos bens considerados em si mesmos. Critérios de distinção	170
134. <i>Partes integrantes</i> . Noção. Requisitos. Partes integrantes essenciais e não essenciais. Partes integrantes separáveis e inseparáveis	170
135. <i>Bens móveis</i> . Fungíveis e não fungíveis; consumíveis e não consumíveis; divisíveis e indivisíveis; singular e coletivos. Os semoventes. Bens móveis por sua própria natureza. Bens móveis por disposição da lei. Os títulos de crédito. Imobilização de bens móveis. Começo e fim da existência. Coisas existentes e futuras	171
136. <i>Coisas individuais e genéricas</i> . Conceito e distinção. Coisas determinadas e infungíveis. Distinção entre coisas genéricas e fungíveis	172
137. <i>Bens fungíveis e não fungíveis</i> . Definição. Critério distintivo. Natureza da fungibilidade. Conceitos de gêneros e espécies. Fungibilidade e consumibilidade. Utilidade da distinção dos bens em fungíveis e não fungíveis.....	173
138. <i>O dinheiro</i> . Bem fungível por excelência. Conceito da quantia. Sentido do vocábulo dinheiro. Sentido lato e sentido restrito. O dinheiro como um dos modos de pagamento. Espécies e valor. Unidade monetária.....	174
139. <i>Bens consumíveis e não consumíveis</i> . Definição. Natureza da consumibilidade. Espécies de consumo: natural e jurídico. Utilidade da distinção dos bens em consumíveis e não consumíveis	175
140. <i>Bens divisíveis e indivisíveis</i> . Definição. Divisibilidade jurídica. Divisibilidade material e ideal. Aplicação da distinção aos direitos e obrigações. Utilidade de distinção.....	175
141. <i>Coisas singulares e coletivas</i> . Divisão das coisas singulares: coisas simples e compostas. Divisão das coisas coletivas. Universalidade de fato. Universalidade de direito. Utilidade dessas distinções. Coisas composta e parte integrante	176
142. <i>Coisas presentes e futuras</i> . Interesse prático da distinção. Existência física e jurídica.....	178
143. <i>Extinção das coisas</i> . Perecimento. Perda de sua individuação. Extinção material e jurídica ..	179

Capítulo 17

BENS PRINCIPAIS E ACESSÓRIOS

144. <i>Classificação</i> . Bens principais e acessórios. Definição. Bens acessórios: frutos, produtos, rendimentos, acessões, benfeitorias, pertenças. Aplicação da distinção aos bens corpóreos e incorpóreos. Critérios distintivos.....	181
145. <i>Frutos</i> . Noções. Requisitos para a caracterização. Divisão: quanto à origem: naturais, industriais e civis; quanto à natureza: vegetais, animais e artificiais; quanto ao estado: pendentes, percipiendos, colhidos, existentes e consumidos	181
146. <i>Produtos</i> . Noção. Distinção entre fruto e produto. Utilidade da distinção	182
147. <i>Rendimentos</i> . Noção. Distinção entre frutos naturais e frutos civis. Percepção dos rendimentos	183
148. <i>Acessões</i> . Noção. Espécies. Aluvião, avulsão, construção, plantações.....	183
149. <i>Pertenças</i> . Noção. Vínculo de dependência econômica e jurídica. Caracteres da pertença.	183
150. <i>Benfeitorias</i> . Noções. Espécies. Benfeitorias necessárias. Benfeitorias úteis. Benfeitorias voluptuárias. Utilidade da distinção	184
151. <i>Utilidades</i> . Noção. Utilidade e frutos. Vantagens econômicas do uso da coisa.....	185
(RA) 151-A. <i>Bens públicos e particulares (RA)</i>	185

Capítulo 18

FATO JURÍDICO

152. <i>Noção</i> . Sentidos da expressão: lato e restrito. Noção. Os acontecimentos naturais. Os atos ilícitos.....	187
153. <i>Função</i> . O fato jurídico como elemento de propulsão da relação jurídica. O fato jurídico nas relações jurídicas de natureza pessoal e real. Fato jurídico e lei.....	188
154. <i>Classificação</i> . Fato jurídico <i>lato sensu</i> : acontecimentos independentes da vontade do homem; ações humanas. Subdivisão dos acontecimentos naturais ordinários e extraordinários. Subdivisão das ações humanas: ações de efeitos jurídicos voluntários e involuntários. Os negócios jurídicos. O ato lícito	188
155. <i>Efeitos</i> . Aquisição, conservação, transferência, modificação e extinção dos direitos.....	190
156. <i>Aquisição dos direitos</i> . Modo e título. Modos de aquisição: originários e derivados, onerosos e gratuitos; a título universal e a título singular. Interesse prático da distinção entre essas diversas modalidades	190
157. <i>Regras sobre a aquisição dos direitos</i> . Aquisição por fato próprio, por intermédio de outrem, por fato jurídico stricto sensu. Direitos atuais e futuros; direitos futuros deferidos e não deferidos.....	191

158. <i>Conservação. Transferência e modificação dos direitos.</i> Fatos destinados à conservação. Meios processuais. Modo de adquirir. Título. Fato jurídico complexo. Modificação no conteúdo e nos sujeitos. Modificação no conteúdo; quantitativa e qualitativa. Substituição dos sujeitos: sucessão <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i> . Multiplicação dos sujeitos.....	191
159. <i>Extinção.</i> Modos relativos ao sujeito e ao objeto. Modos de extinção: alienação, renúncia, abandono, perecimento do objeto; decadência e prescrição; desapropriação	192
160. <i>Fatos jurídicos “stricto sensu”.</i> Fatos simples e compostos. Fatos constitutivos, extintivos e impeditivos. Acontecimentos naturais.....	195
161. <i>Acontecimentos naturais ordinários.</i> Divisão. Acontecimentos naturais ordinários e extraordinários.....	195
162. <i>Acontecimentos extraordinários.</i> Caso fortuito e força maior. Caracterização: requisitos: objetivo e subjetivo; a inevitabilidade. Efeito do caso fortuito. Força maior. Caracterização. Sobrevivência do conceito.....	196
163. <i>O decurso do tempo.</i> Influência sobre as relações jurídicas. Determinação do tempo. Calendário	197
164. <i>Prazos.</i> Noção. Como se conta. Contagem por ano, mês e dia. Atos jurídicos sem prazo; a execução imediata. Prazos legais e convencionais.....	198
165. <i>Nascimento e morte.</i> Importância. Efeitos.....	198

Capítulo 19

ATO JURÍDICO

166. <i>Classificação dos atos jurídicos “stricto sensu”.</i> Atos materiais e participações. Distinção. Comportamento e declaração de intenções	201
167. <i>Atos materiais.</i> Traços distintivos. Subdivisão. Simultaneidade do efeito	202
168. <i>Participações. Intimações.</i> Notificação. Oposição. Aviso. Declarações de ciência e de verdade. Confissão.....	202
169. <i>Relação de atos jurídicos “stricto sensu”.</i> Dificuldade de enumeração. Falta de homogeneidade. Atos jurídicos e fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	203
170. <i>Disciplina dos atos jurídicos “stricto sensu”.</i> Dificuldade de sistematização. Estrutura e função de negócio e do ato jurídico. Disposições comuns.....	204
171. <i>Posição atual da doutrina.</i> Critério da aplicação analógica e aplicação direta. Crítica ao processo analógico. Equiparação ao ato ilícito	204

Capítulo 20

NEGÓCIO JURÍDICO

172. <i>A autonomia privada.</i> Correntes doutrinárias: voluntarista e objetiva. Negócio jurídico e declaração de vontade. Vontade real declarada. Concepção objetiva. A declaração de vontade	209
---	-----

173. <i>Conceito de negócio jurídico</i> . Teorias: da vontade e da declaração. Distinção entre manifestação e declaração de vontade. Comportamento puro. Declarações receptícias e não receptícias. A recepção; problemas	213
174. <i>Papel da vontade</i> . Teoria da vontade e teoria de declaração	216
175. <i>As três concepções</i> . Declarações receptícias e não receptícias. Comunicação e recepção. Momento da recepção. Existência substantiva da declaração	217
176. <i>Direção e tutela da vontade negocial</i> . Declarações orais. Declarações verbais entre presentes. Declaração verbal entre ausentes: o nuncio. Declarações escritas. Contrato por correspondência epistolar.....	222
177. <i>Declarações receptícias</i> . Declaração direta; noção. Declaração direta expressa. Declaração indireta. Declaração expressa e tácita; distinção, critérios. Declaração presumida	224
178. <i>Declarações verbais, escritas, diretas, indiretas, expressas e tácitas</i> . O princípio da autonomia da vontade. Liberdade de contratar. Restrições à autonomia privada	225
179. <i>Figuras anômalas</i> . Intento empírico.....	227

Capítulo 21

CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

180. <i>Crítérios de classificação</i> . Distinção mediante critérios jurídicos, referidos ao Direito Positivo. Critério do número de partes. Critérios dos efeitos. Critérios da causa da atribuição patrimonial. Critério da composição. Critério da forma	235
181. <i>Classificação pelo número de partes e processos de formação</i> . Divisão dos negócios em unilaterais e plurilaterais. Subdivisão dos negócios unilaterais em unipessoais e pluripessoais ou plúrimos. Subdivisão dos plúrimos em colegiais e complexos, coletivos ou conjuntos. Subdivisão dos negócios plurilaterais em contratos e acordos	235
182. <i>Classificação pelos efeitos</i> . Divisão em negócios dispositivos e declaratórios. Subdivisão dos negócios dispositivos em aquisitivos, modificativos e extintivos. Subdivisão dos negócios aquisitivos em translativos e constitutivos de direitos reais. Subdivisão em negócios <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	236
183. <i>Classificação pela causa da atribuição patrimonial</i> . Divisão em negócios a título oneroso e a título gratuito. Subdivisão de negócios a título oneroso em comutativos e aleatórios	237
184. <i>Classificação pela composição</i> . Divisão em negócios simples e complexos. Subdivisão dos negócios complexos em negócios objetiva e subjetivamente complexos. Negócios coligados.....	237
185. <i>Classificação pela forma</i> . Divisão em negócios formais e não formais. Negócios solenes e não solenes. Caracterização dos negócios solenes	237

Capítulo 22

CLASSIFICAÇÃO PELO NÚMERO DE PARTES

186. <i>Negócios unilaterais e plurilaterais</i> . Noção de parte. Parte e pessoa. Parte pluripessoal. Eficácia dos negócios com parte pluripessoal	239
187. <i>Negócios unilaterais</i> . Noção. Traço distintivo. Negócios impessoais e plúrimos	240

188. *Atos coletivos ou conjuntos*. Formação. Atos coletivos. Terminologia. Distinção entre ato conjunto e ato colegial. Distinção entre ato conjunto e ato complexo. Natureza do ato conjunto 241
189. *Atos colegiais*. Formação. Atos colegiais, quais são. Distinção de ato coletivo. Traço distintivo; o regime majoritário. Ato colegial e contrato. Natureza. Maioria simples e qualificada 242
190. *Negócios plurilaterais*. Contratos. Outros negócios plurilaterais. Contribuição da escola realista. Acordos 245
191. *O contrato*. Área principal dos contratos. Função do contrato. Emprego usual do vocábulo. Contratos modificativos e extintivos de obrigações. Elementos necessários à existência. Divergências de interesses. Declaração de vontade. Vontade contratual 246
192. *Acordo*. Característica, a uniformidade do intento. Acordo e ato-conjunto. Caracterização do acordo pela estrutura. Caracterização pela função. Disposições normativas. Distinção do contrato sob o ponto de vista prático 249
193. *Condições gerais dos contratos*. O fenômeno da contratação de massa. A construção contratual. A posição normativista 252

Capítulo 23

CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PELOS EFEITOS

194. *Negócios patrimoniais e extrapatrimoniais*. Efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. Constituição de direitos reais e de crédito. Efeitos dos negócios extrapatrimoniais 255
195. *Negócios dispositivos*. Modificação dos direitos. Conceito de disposição. Aquisição e extinção de direitos. Atos de disposição, alienação, constituição de direito real limitado renúncia. Noção de negócio dispositivo. Negócios dispositivos e obrigacionais. Objeto dos negócios dispositivos. Disposição da relação jurídica e do direito subjetivo. Limites ao poder de disposição. Legitimação para dispor. Disposição de outrem. Autorização para dispor. Negócio dispositivo bilateral e unilateral. Efeitos do negócio dispositivo 255
196. *Negócios translativos*. Noção. Negócios translativos de direito real. Negócios translativos de crédito. Cessão de herança 260
197. *Negócios modificativos*. Noção. Função. Negócios de fixação. Transação 261
198. *Negócios extintivos*. Noção. Negócio extintivo unilateral e bilateral. Renúncia. Pagamento. Distrato. Novação 261
199. *Distinção entre negócios dispositivos e certos atos jurídicos*. Interesse da distinção. Traços distintivos. Atos jurídicos de efeito extintivo 262
200. *Negócios obrigacionais*. Conteúdo dos negócios obrigacionais. Os contratos 262
201. *Distinção entre negócios dispositivos e negócios obrigacionais*. Critério distintivo. Concurso do negócio obrigacional e dispositivo. Poder de disposição e faculdade de obrigar-se. Distinção quanto à extensão do objeto 262
202. *Negócios “inter vivos” e “mortis causa”*. Critério distintivo. Negócio mortis causa; traço característico. Negócio inter vivos. Interesses da distinção 264

Capítulo 24

CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PELA
CAUSA DA ATRIBUIÇÃO PATRIMONIAL

203. *Negócios causais e abstratos*. A atribuição patrimonial. Fim da atribuição patrimonial. Causa. Causa adquirendi, solvendi e donandi. Negócios causais. Relevância da causa. Enriquecimento sem causa. Negócios abstratos. Irrelevância da causa. Negócios abstratos puros 267
204. *Negócios com motivo relevante*. Fins subjetivos. Relevância do motivo; casos. Erro sobre o motivo 269
205. *Negócios onerosos e gratuitos*. Critério distintivo. Terminologia. Noção de negócio oneroso e gratuito. Traço característico dos negócios onerosos. Critério da bilateralidade. Critério da atribuição patrimonial. Critério da equivalência subjetiva. Negócios essencialmente onerosos e gratuitos 270
206. *Negócios comutativos e aleatórios*. Noção de negócio comutativo. Caracterização do contrato aleatório. Principais contratos aleatórios 272
207. *Negócios neutros e bifrontes*. Negócios a que falta atribuição patrimonial. Negócios de destinação. Negócios bifrontes ou indiferentes; particulares 273
208. *Negócio fiduciário*. Modificação da causa de negócio típico. Característica do negócio fiduciário. Momentos essenciais à sua configuração. Negócio fiduciário e negócio simulado. Traços distintivos do negócio fiduciário. Elementos. A transmissão do direito. A obrigação de restituir. Natureza do negócio fiduciário. Distinção de negócios afins. Negócio fiduciário e negócio indireto 274
209. *Negócio indireto*. Noção. Negócio indireto e simulação. Doações indiretas 278
210. *Negócio simulado*. Noção. Simulação absoluta e relativa 279

Capítulo 25

CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PELA COMPOSIÇÃO

211. *Negócios simples e complexos*. Negócios complexos. Complexidade objetiva e subjetiva. Caracterização dos negócios objetiva e subjetivamente complexos. Declarações contemporâneas e sucessivas. Complexidade igual e desigual 281
212. *Negócios complexos e negócios coligados*. Distinção pela função das declarações de vontade. União de negócios e negócio unitário; correntes subjetivista, objetivista e eclética. Negócios concorrentes; homogêneos e heterogêneos. Negócios de formação sucessiva. Negócios acessórios. Contratos coligados. Efeitos da coligação 282
213. *Negócios coligados de grau diverso*. Negócios de primeiro grau ou originário. Negócios de segundo grau. Conexão entre negócios de primeiro e segundo graus 284
214. *Negócios complementares*. Noção. Função. Principais negócios complementares 284

Capítulo 26

PRESSUPOSTOS E REQUISITOS

215. <i>Elementos essenciais</i> . Capacidade do agente. Objeto. Causa. Forma	285
216. <i>Capacidade do agente. Suprimento das incapacidades</i> . Os incapazes. Suprimento da incapacidade. A representação; representantes legais. Assistência. Autorização. Legitimação	285
217. <i>Consentimento</i> . Requisitos. Pressupostos. Mecanismo do consentimento: a proposta e a aceitação	287
218. <i>Objeto</i> . Licidade. Objeto possível. Impossibilidade: absoluta e relativa; física e jurídica. Objeto determinado e determinável	288
219. <i>Conteúdo</i> . A liberdade de obrigar-se e a autonomia da vontade. Leis supletivas. Leis de ordem pública e imperativas. Negócios de conteúdo ilícito. Negócios de conteúdo imoral. Bons costumes. A usura lato sensu. Interpretação dos atos jurídicos; critérios; princípios. Eficácia; o princípio da força obrigatória; relatividade dos efeitos.....	289
220. <i>Causa</i> . Obscuridade da noção. Causa da atribuição patrimonial e propósito negocial. Causa eficiente e causa final. O problema.....	290
221. <i>Função da causa</i> . Dupla função. Tipificação dos negócios. Anticausalistas. Causalistas, correntes subjetivista e objetivista.....	292
222. <i>Causa ilícita; falsa causa</i> . Causas típicas, genéricas e paralegais. Falta de causa em negócio concreto. Falsa causa, consequências. Nulidade dos negócios com cláusula ilícita	295
223. <i>Forma</i> . Liberdade de forma. Formas determinadas. Formas prescritas na lei: o instrumento público. Formas ad solemnitatem e ad probationem. Negócios solenes	296
224. <i>Publicidade</i> . Complemento da forma. Fundamento da publicidade. Formas. Função. Publicidade constitutiva e declaratória. Registro de imóveis. Registro de títulos e documentos. Registro de direitos autorais.....	298

Capítulo 27

CONDIÇÃO

225. <i>Modalidades acessórias</i> . Disposições acessórias que autolimitam a vontade: a condição, o termo e o modo.....	301
226. <i>Condição</i> . Subordinação da eficácia do negócio. Incerteza do acontecimento. Evento futuro	302
227. <i>Espécies</i> . Condições lícitas e defesas. Condições suspensivas e resolutivas. Condições causais, potestativas e mistas. Condições positivas e negativas. Condições ilícitas, imorais e impossíveis. Efeitos	303
228. <i>Condições suspensivas e resolutivas</i> . Noção. Interesse da distinção. Condição resolutiva: expressa e tácita. O pacto comissório tácito.....	304

229. <i>Condições causais, potestativas e mistas</i> . Noção. Condição meramente potestativa.....	305
230. <i>Condições positivas e negativas</i> . Noção. Distinção.....	305
231. <i>Valor da condição</i> . Consequências da inobservância dos requisitos legais.....	306
232. <i>Direitos e obrigações condicionais</i> . Direitos condicionais; incerteza, consolidação e frustração. Condição pendente, realizada e falha. Condição suspensiva e condição resolutiva no período de incerteza; as expectativas. Atos de conservação. Quando se dá o implemento da condição. Condição frustrada.....	306
233. <i>O problema da retroatividade da condição</i> . O problema. Efeito da condição. Fundamento da retroatividade. Exceções ao princípio. Fixação de uma regra geral. Efeito ex nunc. A condição nas obrigações de dar. Direitos <i>pendente condicione</i> . Regras a que estão subordinados os direitos condicionais.....	308
234. <i>Direitos eventuais</i> . Direitos futuros. Caracterização dos direitos eventuais. Distinção entre direito eventual e direito condicional. Distinção entre direito eventual e expectativa de direito.....	310

Capítulo 28

TERMO. MODO. PRESSUPOSIÇÃO

235. <i>Termo. Generalidades</i> . Conceito. Distinção entre termo e condição. <i>Dies a quo e dies ad quem</i> . Termo convencional e legal.....	311
236. <i>Espécies</i> . Termo expresso e tácito. Termo inicial e final. Termo certo e incerto. <i>Dies certus an e quando</i> . <i>Dies certus an e incertus quando</i> . <i>Dies incertus an certus quando</i> . <i>Dies incertus an incertus quando</i> . Possibilidade do termo.....	312
237. <i>Termo e condição</i> . Cláusulas ambíguas. A cláusula <i>cum debitor voluerit</i> . A cláusula <i>cum potueris</i>	313
238. <i>Efeitos do termo</i> . Termo inicial. Aquisição do direito. Consequências da aposição do termo. Momento em que nasce e se extingue o direito subordinado a termo.....	314
239. <i>Termo de graça</i> . Condição para ser concedido. Noção. Finalidade. Natureza.....	315
240. <i>Conceito de modo</i> . Conceito. Aplicação aos negócios jurídicos gratuitos. Natureza do modo.....	315
241. <i>Modo e condição</i> . Distinção. Efeitos do modo e da condição; em que se distinguem.....	316
242. <i>Efeitos do modo</i> . A resolução do negócio. Modo com prestação personalíssima ou infungível. Direito de terceiros. Prazo.....	317
243. <i>Conceito de pressuposição</i> . Aspectos do papel da vontade na formação dos negócios jurídicos. Pressuposição expressa e tácita. Casos de pressuposição. Em que consiste a pressuposição. Requisitos. Crítica à teoria da pressuposição.....	317

Capítulo 29

DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

244. <i>Generalidades</i> . Formação da vontade. Vícios da vontade. Erro, dolo, coação. Vícios que afetam a declaração e vontade propriamente dita.....	321
245. <i>Ausência da vontade</i> . Vontade que não se forma. Vontade de manifestação e negocial. O erro obstrutivo. A <i>vis compulsiva</i>	323
246. <i>Erro obstrutivo</i> . Equívoco material. Transmissão inexata	324
247. <i>Erro</i> . Erro e ignorância. Erro essencial e inescusável. Erro comum.....	325
248. <i>Espécies de erro</i> . Erro essencial e acidental. <i>Error in negotia; error in corpore: error in persona</i> ; erro sobre a causa; <i>error in quantitate</i> . Erro de fato e de direito. A máxima <i>nemo jus ignorare censetur</i> . Transmissão errônea da vontade: o nuncio. Aplicação do erro.....	326
249. <i>Dolo</i> . Conceito. <i>Animus discipiendi</i> . <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	327
250. <i>Espécies</i> . Dolo principal e acidental. Dolo passivo; reticência; reserva mental	328
251. <i>Prova do dolo</i> . Ônus da prova. Inadmissibilidade do <i>dolus re ipsa</i> . <i>Actio doli</i>	329
252. <i>Reticência</i> . <i>Dolo do representante</i> . <i>Dolo bilateral</i> . Dolo passivo. Dolo de terceiro. A <i>actio dolus specialis</i>	329
253. <i>Coação</i> . Conceito. Requisitos. Coação positiva e negativa. Prova	329
254. <i>Temor reverencial</i> . Conceito. Influência	330
255. <i>Disciplina da coação</i> . Requisitos da coação. A ameaça de exercício normal de direito. Coação provinda de terceiro. Temor reverencial.....	330
256. <i>Simulação</i> . Conceito. Acordo simulatório. Causa simulandi. Simulação absoluta e relativa. Simulação subjetiva e objetiva. Simulação inocente e maliciosa. Efeito da simulação.....	331
257. <i>Reserva mental</i> . Propósito <i>in mente retentum</i> . Efeito da reserva mental. Irrelevância.....	333
258. <i>Fraude contra credores</i> . Simulação e fraude. Quando se configura. Revogação do ato fraudulento. Ação pauliana	333
(RA) 258-A. O estado de perigo e a lesão (RA)	333

Capítulo 30

REPRESENTAÇÃO

259. <i>A cooperação na conclusão dos negócios jurídicos</i> . A cooperação; meios. A representação; forma; representação direta e indireta. As figuras do representante e do nuncio	337
--	-----

260. <i>O núncio e outros colaboradores</i> . Função; modo de exercê-la. Declaração de vontade materializada e não materializada. Núncio e representante; distinção. Efeitos da função do núncio.....	338
261. <i>Teoria geral da representação</i> . Unidade dogmática. Representação legal. Representação voluntária.....	338
262. <i>Representação indireta</i> . Característica da representação indireta, a participação econômica do interessado. Mecanismo. Controvérsias.....	341
263. <i>A procuração</i> . Procuração e mandato; distinção. Natureza da procuração. Destinatários. Direito potestativo. Negócio abstrato. Negócio representativo e contrato básico; cisão.....	342
264. <i>Espécies de procuração</i> . Escrita, verbal, geral, especial. Procuração coletiva, conjunta, solidária, fracionária. Procuração substitutiva e disjuntiva.....	345
265. <i>Capacidade</i> . Objeto. Forma. A quem corresponde a vontade negocial. Teoria da representação. Vontade do representante. Objeto. Forma. Representação ativa e passiva....	346
266. <i>Extinção da procuração</i> . Declaração extintiva. Revogação. Renúncia.....	348
267. <i>Distinção entre representação e figuras afins</i> . Distinção entre a figura do representante e a de certas pessoas que desempenham funções semelhantes. Confusão entre procuração e mandato. Mandato sem representação. Falta de sistematização.....	349

Capítulo 31

INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

268. <i>Conceito e função</i>	353
269. <i>Interpretação da lei e interpretação do contrato</i>	356
270. <i>Tipos de interpretação</i>	357
271. <i>Interpretação subjetiva</i>	358
272. <i>Interpretação objetiva</i>	359
273. <i>Usos interpretativos</i>	361

Capítulo 32

INVALIDIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

274. <i>Graus</i> . Inexistência. Nulidade. Anulabilidade.....	363
275. <i>Inexistência</i> . A teoria da inexistência jurídica; origem. Aplicação no Direito de Família. Ambiguidade de terminologia. Distinção entre ato inexistente e nulo. Aplicação da teoria no Direito das Obrigações. Falta de um dos pressupostos. Crítica à teoria da inexistência. Inutilidade da construção.....	363

276. <i>Invalidade e ineficácia</i> . Distinção. Ineficácia originária e superveniente.....	366
277. <i>Invalidade</i> . Conceito. Graus da sanção. Negócios nulos. Declaração legal das nulidades. Nulidades textuais e virtuais.....	366
278. <i>Espécies de nulidade</i> . Nulidade total e parcial. Atos vulneráveis.....	367
279. <i>Causas e conseqüências da nulidade</i> . Causas. Negócios nulos. Conseqüências. Caracteres: a nulidade é imediata, absoluta, incurável e perpétua	367
280. <i>Anulabilidade</i> . Conceito. Nulidade respectiva. Causas; a incapacidade relativa do agente, os vícios do consentimento, a situação circunstancial de alguém.....	369
281. <i>Causas e conseqüências da anulabilidade</i> . Caracteres. A anulabilidade é deferida, relativa, curável e provisória	369
282. <i>Distinção entre negócios nulos e anuláveis</i> . Distinção conceitual. Distinção nas conseqüências.....	371
283. <i>Confirmação (RA) e conversão (RA)</i> . Conceito. Natureza. Espécies; ratificação expressa e tácita. Efeitos	371
284. <i>Impugnabilidade</i> . Noção. Modalidades	372
285. <i>Crítica à teoria clássica das nulidades</i> . Malogro do esforço da sistematização. Malogro da vinculação da ineficácia absoluta à nulidade. Malogro do princípio da instantaneidade da nulidade. Convalescência do negócio nulo. Teses contrárias à teoria clássica das nulidades. As ideias de Japiot. As ideias de Piédelièvre	373
286. <i>Disciplina da ineficácia dos negócios jurídicos</i> . Distinção entre atos nulos e anuláveis. Casos de nulidade. Caráter absoluto da nulidade. Necessidade de pronunciamento judicial. Casos de anulabilidade. Confirmação. Efeitos. Caracterização da anulabilidade. Regras de interpretação. Atos praticados pelo menor relativamente incapaz. Efeitos da anulação do ato.....	375

Capítulo 33

ATOS ILÍCITOS

287. <i>Conceito</i> . Distinções necessárias. Delito penal e delito civil. Conceito de ato ilícito. Requisitos: a ação ou omissão; a culpa do agente; a violação da norma jurídica; o dano	377
288. Ato ilícito e negócio ilícito. Distinção. Quando é ilícito o negócio.....	378
289. <i>Culpa</i> . Acepções: lata e estrita. Culpa e dolo. Culpa aquiliana: <i>culpa in faciendo</i> e <i>culpa in omitendo</i>	379
290. <i>Dano</i> . Indenização. Dano patrimonial e moral	379
291. <i>Conseqüência do ato ilícito</i> . O dever de indenizar. Teoria da responsabilidade civil; objeto. Teoria subjetiva. Teoria objetiva	380

292. *Atos contrários ao Direito que não são ilícitos*. A legítima defesa; o estado de necessidade; o exercício regular de um direito..... 381

Capítulo 34

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

293. *Aquisição e perda dos direitos pelo decurso do tempo*. Influência do tempo na aquisição e perda dos direitos. Prescrição aquisitiva e extintiva. Distinção: quanto ao objeto, aos efeitos e ao campo de aplicação. Dissociação entre usucapião e prescrição..... 383
294. *Conceito e fundamento da prescrição*. Elementos; a inércia do titular; o transcurso do tempo e a perda da ação. A prescrição como meio de defesa. Fundamento. Sanção à negligência do titular do direito. Exigência da segurança do comércio jurídico 384
295. *Natureza*. A prescrição como instituto de ordem pública. Consequências: prescritibilidade, irrenunciabilidade; impossibilidade de dilatar os prazos prescricionais 385
296. *Regras gerais*. Quanto à sua alegação. Quanto ao cálculo dos prazos prescricionais. Quanto à extensão dos direitos. Quanto ao impedimento, suspensão e interrupção. Quem e contra quem pode ser invocada; quando e como. Momento inicial em que começa a fluir; fixação, direitos pessoais e reais. Extensão da prescrição do direito principal aos direitos acessórios 386
297. *Interrupção da prescrição*. Noção. Quem pode promover. Modos de interrupção. Natureza e efeitos do ato interruptivo. Recontagem do prazo 387
298. *Suspensão*. Noção. Causas que suspendem. Suspensão e prorrogação. Razão de ser da suspensão. Quando se suspende a prescrição. Efeitos da suspensão..... 388
299. *Distinção entre interrupção, suspensão e impedimento*. Distinção nas causas. Distinção nos efeitos..... 389
300. *Prazos prescricionais*. Conceito. Fixação. Prescrição ordinária e especial..... 389
301. *Distinção entre prescrição e decadência*. Decadência ou caducidade. Decadência e prescrição. Obscuridade da distinção 390
302. *Critérios diferenciais*. O critério da origem da ação. Nascimento simultâneo do direito e da ação. Nascimento posterior da ação. Prazo extintivo e prazo prescricional; interrupção e suspensão. Provocação do interessado e pronunciamento ex officio. Renúncia. Distinção quanto à causa. Distinção quanto ao campo de aplicação..... 391
303. *Prazos extintivos*. A enumeração do Código Civil. Direitos de família; ações de estado. Outros direitos 393

Capítulo 35

PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

304. *Modo de proteção*. A autodefesa e a proteção jurisdicional. Autodefesa: legítima defesa; defesa em estado de necessidade; proteção automática 395

305. <i>Legítima defesa</i> . Noção. Pressupostos. Requisitos. <i>Excessus tutelae</i> . Desforço incontinenti. Ação direta	395
306. <i>Estado de necessidade</i> . Quando se configura. Fundamento. Requisitos. Indenização dos danos. Estado de necessidade supralegal. Ação direta para satisfazer uma pretensão	396
307. <i>Proteção jurídica automática</i> . Quando se dá. Proteção compensatória e preventiva. Medidas cautelares. Prestação de caução	397
308. <i>Proteção jurisdicional</i> . Provocação do interessado. A ação judicial. A ação como faculdade de Direito Público	397
309. <i>Ação</i> . Ação civil e ação processual; sentido material e formal do vocábulo. Conexões entre a ação material ou pretensão e a ação formal ou judicial. A relação jurídica processual	398
310. <i>Exercício do direito de ação</i> . Os processos judiciais. Condições para exercer o direito de ação; a capacidade, a qualidade e o interesse de agir	399
311. <i>Relação jurídica processual</i> . Partes: o autor, o réu e o juiz. Terceiros interessados. Objeto da relação	399
312. <i>O processo</i> . Função do juiz. Jurisdição graciosa e contenciosa. Decomposição do processo; atos processuais; rito	400
313. <i>Sanções</i> . Aplicação das sanções pelo juiz. Sanções civis. Sanções pecuniárias. Nulidade. Perda de uma situação jurídica. Indenização	400
314. <i>Execução da sentença</i> . Efetivação das sanções aplicadas. Sanções de caráter patrimonial; a penhora e venda de bens em hasta pública. Constrangimento sobre a pessoa	401
Bibliografia	403
Índice Alfabético e Remissivo	411